Processo n.º 1054/2020

Data do acórdão: 2020-12-10

(Autos em recurso penal)

Assuntos:

- critério da atenuação especial da pena
- art.º 66.º, n.º 1, do Código Penal
- medida concreta da pena
- art.ºs 40.º e 65.º do Código Penal

S U M Á R I O

1. Evidenciando as circunstâncias já apuradas em primeira instância elevado grau de ilicitude dos factos de roubo praticados pelo arguido recorrente em co-autoria com outrem, é de aplicar a pena de prisão deste crime dentro da sua moldura penal ordinária (cfr. o critério para efeitos de decisão sobre a atenuação especial da pena, do art.º 66.º, n.º 1, do Código Penal), pelo que naufraga a pretensão dele da atenuação especial da pena.

2. A medida concreta da pena é feita aos padrões dos art.ºs 40.º, n.ºs 1 e 2, e 65.º, n.ºs 1 e 2, do mesmo Código.

O relator,

Chan Kuong Seng

Processo n.º 1054/2020

(Autos de recurso penal)

Recorrente (2.º arguido): A

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

I – RELATÓRIO

Por acórdão proferido a fls. 1017 a 1025 do Processo Comum Colectivo n.º CR1-19-0388-PCC do 1.º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Base, o 2.º arguido desse processo chamado A ficou, em matéria penal, condenado como co-autor material, na forma consumada, de um crime de roubo (de coisa móvel alheia de valor elevado), p. e p. pelos art.ºs 204.º, n.º 1, e n.º 2, alínea b), e 198.º, n.º 1, alínea a), do Código Penal (CP), na pena de quatro anos e três meses de prisão.

Inconformado, veio recorrer esse arguido para este Tribunal de Segunda Instância (TSI), alegando e rogando, na motivação apresentada a fls. 1050 a 1054 dos presentes autos correspondentes, que houve excesso na medida da sua pena, merecendo ele a atenuação especial da pena nos termos do art.º 66.º, n.º 2, alínea c), do CP.

Ao recurso, respondeu o Ministério Público a fls. 1075 a 1077, opinando pela improcedência manifesta do recurso.

Subidos os autos, emitiu a Digna Procuradora-Adjunta parecer a fls. 1137 a 1138v, pugnando pela manutenção do julgado.

Feito o exame preliminar e corridos os vistos, cumpre decidir.

II – FUNDAMENTAÇÃO FÁCTICA

Do exame dos autos, sabe-se que o acórdão recorrido consta de fls. 1017 a 1025, cuja factualidade provada, não impugnada pelo arguido recorrente, se dá por aqui integralmente reproduzida como fundamentação fáctica do presente acórdão de recurso.

III – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

De antemão, cumpre notar que mesmo em processo penal, e com excepção da matéria de conhecimento oficioso, ao tribunal de recurso

cumprir resolver só as questões material e concretamente alegadas na motivação do recurso e ao mesmo tempo devidamente delimitadas nas conclusões da mesma, e já não responder a toda e qualquer razão aduzida pela parte recorrente para sustentar a procedência das suas questões colocadas (nesse sentido, cfr., de entre muitos outros, os acórdãos do TSI, de 7 de Dezembro de 2000 no Processo n.º 130/2000, de 3 de Maio de 2001 no Processo n.º 18/2001, e de 17 de Maio de 2001 no Processo n.º 63/2001).

O recorrente assaca à decisão condenatória penal recorrida o excesso na medida da sua pena, por não lhe ter atenuado especialmente a pena do seu crime de roubo.

Entretanto, consideradas as circunstâncias já apuradas em primeira instância (cfr. sobretudo os factos provados descritos no antepenúltimo parágrafo da página 6, e nos primeiro, quarto e oitavo parágrafos da página 7, ambas do texto do acórdão recorrido, a fls. 1019v a 1020), as quais evidenciam elevado grau de ilicitude dos factos de roubo praticados pelo arguido recorrente em co-autoria com outrem, é de aplicar a pena de prisão desse crime de roubo dentro da sua moldura penal ordinária (cfr. o critério material para efeitos de decisão sobre a atenuação especial da pena, vertido no art.º 66.º, n.º 1, do CP), pelo que naufraga a pretensão do recorrente da atenuação especial da pena.

E de resto, nem se divisa qualquer injustiça, por parte do Tribunal sentenciador, na imposição de quatro anos e três meses de prisão a ele, dentro da respectiva moldura de três a quinze anos de prisão, aos padrões da medida concreta da pena vertidos nos art.ºs 40.º, n.ºs 1 e 2, e 65.º, n.ºs 1 e

2, do CP, atentas as elevadas exigências de prevenção geral do crime de roubo qualificado em causa, cometido em co-autoria.

Improcede, pois, o recurso, sem mais indagação por desnecessária.

IV – DECISÃO

Dest'arte, acordam em julgar não provido o recurso.

Custas do recurso pelo recorrente, com duas UC de taxa de justiça, e duas mil patacas de honorários a favor da sua Ex.^{ma} Defensora Oficiosa.

Macau, 10 de Dezembro de 2020.

Chan Kuong Seng
(Relator)

Tam Hio Wa
(Primeira Juíza-Adjunta)

Chao Im Peng
(Segunda Juíza-Adjunta)